

Publicado por: JESSICA COSTA FERREIRA  
Código identificador: cd20c833ef9c09fb199244a974309714

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, (ART. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

R A T I F I C O a Dispensa Eletrônica nº 002/2023 para aquisição de Medicamentos Veterinários para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 75, II - Dispensa em Razão de Valor para Serviços e Compras, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2024, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa ALC MORAES COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 46.339.373/0001-92, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Treze de Maio, 514, Bairro Centro, na cidade de Mogi Mirim-SP, representada pelo Sr. André Luís Coutinho Moraes, portador do CPF nº 187.819.558-12. A contratação terá seu valor global no importe de R\$ 3.724,70 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta centavos), em conformidade com o que prevê o Lei 14.133/2021, Art. 75, II - Dispensa em Razão de Valor para Serviços e Compras. Ribamar Fiquene - MA, 30 de Abril de 2024. Emerson da Silva Junior, Secretário Municipal de Saúde

Publicado por: JESSICA COSTA FERREIRA  
Código identificador: cf1a0a48b25e22829779a4010225f69d

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2024. Processo Administrativo nº 012/2024 CONTRATANTE: **Município de Sambaíba, por meio do Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ nº 11.866.700/0001-80. CONTRATADA: **LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUÇÃO LTDA**, CNPJ nº 36.271.505/0001-38 OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O ATENDIMENTO DE REABILITAÇÃO PROTÉTICA DOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA/MA**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 003/2024, gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação-CPL, da Prefeitura Municipal de Sambaíba. VALOR: **270.000,00 (Duzentos e Setenta Mil Reais)**. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **10.301.0203.2-028 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE (SPS) CUSTEIO, ATENÇÃO PRIMÁRIA; 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO**; PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**. FUNDAMENTO LEGAL: **Lei Federal nº 8.666/1993** e demais normas pertinentes à espécie. DATA DA ASSINATURA: **30/04/2024**. SIGNATÁRIOS: **ADRIANA DOS SANTOS SILVA** - Secretária de Administração e Finanças, CPF nº 031.272.203-67 e **KALYL CHAVES LIMA**, Secretário de saúde, CPF nº 027.441.593-36; e **TIMÓTHEO REIS VIANA**, CPF nº 110.892.416-66; Representante Legal da **LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUÇÃO LTDA**, Sambaíba, 30 de abril de 2024.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS  
Código identificador: 3930e11c9ce0b4d3f5e2ae14a651ce5e

##### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 000.14/2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 000.14/2023. CONTRATANTE: **Município de Sambaíba**, CNPJ nº 06.229.397/0001-74. CONTRATADA: **PHOENIX AUDITORIA E CONSULTORIA S/C LTDA**, CNPJ nº 69.697.050/0001-76 OBJETO: **FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO WEB PARA SISTEMA NA ÁREA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, CONTEMPLANDO: ARMAZENAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO, DE TODOS OS TRIBUTOS, PREÇO PÚBLICO, DÍVIDA ATIVA, FISCALIZAÇÃO, PÁGINA DE SERVIÇOS**

**ELETRÔNICA (NFS-e), INCLUINDO: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CESSÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO, ADAPTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO; ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO NA EXECUÇÃO DO SISTEMA**, decorrente da Dispensa Licitação nº 000.004/2023, gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação-CPL, da Prefeitura Municipal de Sambaíba. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **04.122.0052.2-089- MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**. PRAZO DE VIGÊNCIA: **07/02/2024, até 07/02/2025**. FUNDAMENTO LEGAL: **Lei Federal nº 8.666/1993** e demais normas pertinentes à espécie. DATA DA ASSINATURA: **05/02/2024**. SIGNATÁRIOS: **ADRIANA DOS SANTOS SILVA** - Secretária de Administração e Finanças, CPF nº 031.272.203-67; e **JOSÉ ARIMATHÉA MONTE**, CPF nº 002.285.673-00; Representante Legal da **PHOENIX AUDITORIA E CONSULTORIA S/C LTDA**, Sambaíba, 05 de fevereiro de 2024.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS  
Código identificador: 0bcb2d7df7322643fb89218290ea2b24

#### PORTARIA Nº. 11/2024-GAB

##### PORTARIA Nº. 11/2024-GAB

**“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA), MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS**, no uso de suas atribuições que confere a Lei Orgânica Municipal c/c o Art. 221da lei 64/199;

##### RESOLVE:

**Art. 1º:** Conceder à servidora **Dayane Pereira da Silva**, auxiliar de serviços gerais, inscrita sob o C. P.F: 039.253.883-03, matrícula 4255-1, **Licença tem como objetivo tratar de assuntos particulares**, sem renumeração pelo período de dois (02) anos consecutivos.

**Parágrafo Único:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMpra-SE

**GABINETE DA PREFEITA DE SAMBAÍBA, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2024.**

**MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS**  
Prefeita Municipal

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS  
Código identificador: cf175a5152814ddf2d816454502d1551

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ

##### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

O Município de Santa Luzia do Paruá - MA, torna público, para conhecimento dos interessados, a reabertura de prazo da licitação suspensa, modalidade, Concorrência Eletrônica nº 004/2024, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO OU SEXTAVADO(BLOQUETE) NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA. A nova data de abertura será dia 22/05/2024 às 09h00 (Horário de Brasília). A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o

Departamento de Licitação e contratos, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.santaluziadoparua.ma.gov.br](http://www.santaluziadoparua.ma.gov.br), ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 03 de maio 2024. Flávio José Padilha de Almeida - Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

Publicado por: WYLLIAM PINHEIRO RODRIGUES  
Código identificador: 242ff01b58e516f8941bc6be9dbd39f6

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO

DECRETO Nº 007/2024, DE 30 DE ABRIL DE 2024.

DECRETO Nº 007/2024, de 30 de abril de 2024.

Altera o Decreto 002/2024 de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta, no Município de SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO, as hipóteses de contratação direta disciplinadas pela Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO-MA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Domingos do Azeitão - MA,

DECRETA:

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### Do Objeto e âmbito de aplicação

**Art. 1º.** Este Decreto Municipal tem por objetivo regulamentar o quanto disposto na Lei 14.133 de 2021 que trata das Licitações e Contratações no âmbito da Administração Pública Municipal.

#### Das Hipóteses de Cabimento da Dispensa de licitação

**Art. 2º.** A Administração Municipal adotará a dispensa de licitação nas seguintes hipóteses:

- I** - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 2021;
- II** - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 2021;
- III** - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 2021, quando cabível; e
- IV** - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º. do art. 82 da Lei nº. 14.133, de 2021.

**§ 1º.** Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites, referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

- I** - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade orçamentária ou unidade gestora; e
- II** - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como aqueles relativos ao mesmo ramo de atividade.

**§ 2º** A Administração Municipal adotará como regra a dispensa em sua forma eletrônica, podendo, quando se tratar de despesas que utilizem recurso próprio, utilizar a forma física.

**§ 3º.** O disposto no § 1º não se aplica às contratações de que trata o §

7º. do art. 75 da Lei 4.133/2021.

**§ 4º.** Os valores referidos no nos incisos I e II do caput serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

**§ 5º.** Considera-se unidade gestora a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

**§ 6º.** Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

**§ 7º.** O disposto neste artigo não se aplica às contratações verbais referentes a pequenas compras ou a prestação de serviços de pronto pagamento, nos termos do § 2º. do art. art. 95 da Lei federal nº. 14.133, de 2021.

### CAPÍTULO II - DO PROCEDIMENTO CONTRATAÇÃO DIRETA NA FORMA FÍSICA

#### Da instrução do processo

**Art. 3º.** O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, realizadas na forma física, deverá ser instruído na seguinte ordem:

- I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II** - estimativa de despesa, nos termos da regulamentação Municipal;
- III** - razão da escolha do contratado;
- IV** - comprovação de que este preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias;
- V** - justificativa de preço;
- VI** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- VII** - minuta do contrato, se for o caso;
- VIII** - parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município, ou nas vezes de quem o fizer dispensado na hipótese de parecer referencial;
- IX** - autorização da autoridade competente.
- X** - Contrato, se for o caso.

**§ 1º.** O ato que autoriza a contratação direta e/ou extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no no site oficial do órgão.

**§ 2º.** Para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput deste Decreto, o processo deverá ser instruído com a especificação justificada do objeto a ser adquirido ou contratado, as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento, o local e prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra.

**§ 3º.** A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

- I** - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação;
- II** - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;
- III** - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda.